

DEMOLIÇÕES EM FORTALEZA-CEARÁ-BRASIL E ATITUDES APATRIMONIAIS COMO NEGAÇÃO SIMBÓLICA DA HERANÇA URBANA

Demolitions in Fortaleza-Ceará-Brazil and anti-patrimonial attitudes as a symbolic denial of the urban heritage

Raimundo Freitas Aragão¹

Marcos da Silva Rocha²

Helania Martins de Souza³

RESUMO

A história do patrimônio urbano material da cidade de Fortaleza está ligada diretamente ao discurso de demolir para construir, no contexto geográfico do que se entende como “renovação do espaço urbano”. Neste artigo exploramos quatro casos flagrantes de demolição total e um de demolição parcial associando-os ao que chamamos de atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana. A metodologia adotada é a da pesquisa qualitativa assentada na utilização das técnicas de pesquisa de campo, registros fotográficos, utilização de obras literárias como livros, artigos, matérias jornalísticas, blogs e outros afins. Apontamos, portanto, em nossas reflexões que quando se trata da questão cultural envolvendo o patrimônio urbano este se torna um grande desafio para as administrações públicas.

Palavras-chave: Patrimônio urbano. Transformações urbanas. Geografia Cultural.

ABSTRACT

The history of the urban material heritage of the city of Fortaleza is linked directly to the discourse of demolish to build in the geographical context of what is meant by “renewal of urban space”. In this article we explore four eminent cases of total demolition and one of partial demolition linking them with what we call anti-patrimonial attitudes as a symbolic denial of the urban heritage. The methodology adopted is qualitative based on the use of field research techniques as photographic records, the use of literary works such as books, scientific papers, journalistic articles, blogs and similar. We point out, therefore, in our reflections that when the cultural question involves the urban heritage this becomes a great challenge for the public administrations.

Keywords: Urban heritage. Urban transformations. Cultural Geography.

1 Professor, doutor e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. ararageo2007@yahoo.com.br.

✉ Rua Dr. Pedro Teles, Fatima, Fortaleza, CE. 60055-320.

2 Professor e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. marcooss.rocha@hotmail.com.

✉ Rua Nova Conquista, Bom Jardim, Fortaleza, CE. 60543-355.

3 Professora e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. helania.martins@yahoo.com.br.

✉ Rua José da Silva Fortes, Funcionários, Barbacena, MG. 36202-006.

INTRODUÇÃO

[...] o que é deixado ao abandono ou demolido, é também tão revelador, senão mais, dos valores de uma sociedade, da hierarquia das produções sociais e das memórias do que se patrimonializa⁴ (VESCHAMBRE, 2008, p. 91).

A atitude apatrimonial poder ser considerada o termo mais direto quando se refere ao patrimônio deixado ao abandono ou demolido. Pensando dessa forma, consideramos a demolição, que é o inverso da patrimonialização, “[...] uma forma de desvalorização, de negação da memória [...]”⁵ (VESCHAMBRE, 2008, p. 14). Nesse sentido, vemos que significativa parcela do patrimônio histórico e social urbano da cidade de Fortaleza vem sofrendo, ao longo de sua história, a prática corriqueira de decisões apatrimoniais, muitas estabelecidas através de formas radicais, isto é, quando se intentam não deixar traços, utilizando-se da demolição total. Exploraremos casos flagrantes de demolições totais e parciais como negação e expropriação simbólica no contexto geográfico do que se denomina “renovação” no seio do discurso da urbanização.

Os exemplos explorados, de antigos a atuais, nos permitirão cruzar as singularidades e similitudes das demolições e apresentar suas relações dialéticas discursivas, o que nos proporcionarão entender as estratégias para as demolições. Essencialmente, trata-se de compreender o discurso das demolições operadas pelos atores produtores e transformadores do espaço urbano. Portanto, a questão da demolição patrimonial perpassa, necessariamente, sobre o entendimento do que seja patrimônio em suas formas social

4 Tradução livre de: “[...] ce qui est donc laissé à l’abandon ou démoli, est tout aussi révélateur, sinon plus, des valeurs d’une société, de la hiérarchie des productions sociales et des mémoires, que ce que l’on patrimonialise”.

5 Tradução livre de: “[...] une forme de dévalorisation, de déni de memoire”

e institucional. Esse entendimento gera subsídios de compreensão de como ele é direcionado à sua proteção para o conjunto de bens materiais ou abandono e demolição quando não reconhecidos. Este estudo comporta as duas formas, patrimônios sociais e suas tentativas de patrimonialização institucional.

Michel Rautenberg (2003a; 2003b; 2004; 2006; 2007) examina a questão patrimonial e suas formas de construção e compreensão em diversos contextos. Em sua principal obra “Ruptura patrimonial” (2003b), utiliza o termo “ruptura” no sentido de evidenciar como ocorre a forma de operacionalização de passagem de um bem considerado social em direção à sua forma institucionalizada, ou seja, à patrimonialização. Seu objetivo é deixar claro o termo “patrimonializar”, suas finalidades e consequências.

Rautenberg divide as formas de produzir patrimônios em duas. A primeira está assentada na esfera da população local, ou seja, o patrimônio pertence ao social, este construído na lógica da coletividade e em sua diversidade. O “patrimônio social”, neste caso, não necessita da intervenção estatal para existir, pois são os atores não institucionais territorializados os seus promotores. São esses atores comuns os responsáveis por dar-lhe sentido. O que os motiva na construção do patrimônio social é sua “utilidade”, termo entendido como “usufruto”, pois está diretamente relacionado ao uso geral e irrestrito no território a que pertence. Dessa forma, o patrimônio social é aquele que engloba a vida social dos grupos em seus interesses simbólicos, sociais, econômicos e ambientais da vida cotidiana.

Por outro lado, na cidade de Fortaleza as atitudes apatrimoniais remetem, geralmente, ao discurso demolir para construir. Essa é a lógica a qual nos ateremos. A demolição/construção acomoda-se, dessa forma, em operação econômica em si impulsionada para criar as condições de uma valorização fundiária e imobiliária (VESCHAMBRE,

2008) e o confronto pela patrimonialização. A construção civil opera como um dos setores estratégicos eficazes para o avanço das demolições patrimoniais de sítios sócio- históricos no contexto urbano fortalezense. Mesmo se se recorre à patrimonialização para a proteção em diversos dos casos estudados, a demolição é apresentada como solução mais rentável e viável do que a proteção e restauração com suas normas.

Nessa lógica chegamos à segunda ideia de patrimônio apresentada por Rautenberg (2003a; 2003b), aquele que é construído através da esfera das políticas institucionais quando o bem, material ou imaterial, é transformado em objeto único, singular. É importante salientar que ele concebe o patrimônio cultural uma construção social e política e não um objeto com existência em si mesmo e o jogo de patrimonialização do bem cultural perpassa os interesses e intenções dos diferentes atores sociais.

Neste contexto a “patrimonialização” é constituída através de operações de “institucionalização”, aquele patrimônio dito por “designação”, próprio das instituições políticas. A patrimonialização institucional referenciada por Rautenberg (2003a) através de órgãos de alcance internacional disseminadores e controladores dos regimes de proteção dos patrimônios culturais pelo mundo, faz com que o patrimônio social obtenha, através da regulamentação, uma condição peculiar. Ou seja, uma nova configuração, pois é a partir de sua institucionalização que uma nova essência e conceito de patrimônio são estabelecidos. A partir do momento da institucionalização, é postulada ao patrimônio social sua saída do circuito do cotidiano por causa da “[...] essência sagrada, quase religiosa, que se expressa numa série de interdições a ele impostas: não tocar, não mover, não transformar, até mesmo proibido de ver [...]” (RAUTENBERG, 2003a, p. 21) do patrimônio institucional.

Para além das diferenciações do bem patrimonial, há que se observarem as ideologias envolvidas no processo patrimonial para entendermos as demolições ou atitudes apatrimoniais em Fortaleza. Segundo Veschambre (2007) para que ocorra patrimonialização, geralmente não é suficiente que a herança almejada adquira sentido para o grupo ou para uma coletividade. É necessário, do mesmo modo, que o objeto patrimonial possa adquirir valor econômico e um dos principais vetores é a atividade do turismo cultural. O autor da patrimonialização é, geralmente, sua transformação em recurso monetário, subsídio esse que pode nos orientar nas reflexões e no entendimento das demolições parciais e radicais tão comuns no seio urbano fortalezense no contexto de modernização da cidade.

Os patrimônios elencados nesta pesquisa (Figura 01) demonstram uma tensão entre tentativas de patrimonialização e as atitudes apatrimoniais na cidade de Fortaleza. Cinco patrimônios, em bairros distintos, foram selecionados para compor a análise por suas relevâncias patrimoniais, arquitetônicas, históricas e sociais. A saber: Palácio do Plácido de Carvalho, no bairro Aldeota; Vila Vicentina da Estância, no bairro Dionísio Torres; Bangalô da Escola Nossa Senhora de Assunção, no bairro Joaquim Távora; Hospital Mira y Lopez, no bairro Benfica; e Jôquei Clube, no bairro que leva o mesmo nome. Quatro desses patrimônios foram demolidos e um deles em litígio, como é o caso da Vila Vicentina, está em processo de demolição.

A metodologia adotada é a da pesquisa qualitativa assentada na utilização das técnicas de pesquisa de campo, registros fotográficos, utilização de obras literárias como livros, artigos, matérias jornalísticas, blogs e outros afins. O artigo está composto de seis partes. A primeira é esta introdução. A segunda se debruça sobre a demolição total de um dos patrimônios residenciais mais elegantes que a cidade de Fortaleza possuiu, o Palácio do Plácido. A terceira analisa os conflitos

Demolições em Fortaleza – Ceará – e atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana

Raimundo Freitas Aragão, Marcos da Silva Rocha, Helania Martins de Souza



Figura 01 – Mapa da localização dos patrimônios estudados neste artigo.

Fonte: R. F. Aragão; M. S. Rocha; H. M. Souza, 2019.

existentes atualmente no conjunto residencial social Vila Vicentina envolvendo moradores, empresas imobiliárias, agentes públicos e sociedade no sentido de evitar sua demolição total. A quarta põe em questão dois patrimônios representantes da simbologia urbana de Fortaleza que sofreram demolições totais para serem substituídos por edifícios de alto padrão de moradia para a classe média de Fortaleza em expansão. A quinta explora a demolição total do Jockey Club Cearense e sua substituição por um complexo de novas marcações urbanas privadas e institucionais capazes de transformar sua área de influência em um novo bairro dentro do bairro. A sexta parte são as considerações finais onde formulamos reflexões sobre os casos estudados.

O PALÁCIO DO PLÁCIDO: DEMOLIÇÃO RADICAL E PATRIMONIALIZAÇÃO IMPOSSÍVEL

A história do Palácio do Plácido (Figura 02) é peculiar ao contexto arquitetônico cearense e remete ao rico empresário Plácido de Carvalho (1873-1935), também proprietário de prédios históricos localizados no centro de Fortaleza, como o Teatro Majestic Plaza e o Excelsior Hotel. Plácido de Carvalho foi casado com a italiana Maria Pierina Rossi, sendo o palácio construído como forma de sua esposa rememorar a terra natal, esclarece o poeta Sânzio de Azevedo (2015). Após o falecimento de Plácido, Pierina casou-se novamente com o arquiteto húngaro Emílio Hinko, vindo a mesma a falecer no ano de 1958. Localizado no aristocrático bairro da Aldeota, este palácio foi considerado um dos mais suntuosos exemplos arquitetônicos de Fortaleza, pela sua originalidade em relação a outras residências tanto de seu entorno quanto da própria cidade em si ao ponto de ser transformado em atração turística mesmo antes de a atividade ser considerada uma opção viável economicamente para a cidade e o Estado.

A demolição precoce do Palácio em 1974 parece ter sido o impulsionador na cidade de Fortaleza das atitudes apatrimoniais em sua vertente demolir para construir. Mas também mostra o surgimento de uma consciência patrimonial, principalmente através da imprensa, porém sem resultados concretos. A importância histórica e estética do Palácio ficou impregnada nas lembranças dos relatos de poetas e escritores locais que tiveram a oportunidade de conhecê-lo ou escrever sobre o mesmo.



Figura 02 – Antigo cartão postal do Palacete Plácido de Carvalho.
Fonte: Frota (2009).

Para explicar essa demolição radical, a obra intitulada “Aldeota” de Sâncio de Azevedo (2015) é uma rara e ideal referência sobre a simbologia e a pouca vida desse intrigante patrimônio, condutor de uma memória dolorosa que só os mais sensíveis e que tiveram contato direto poderiam carregar consigo.

Conta Azevedo que o Palácio, após a morte de seus donos, foi abandonado e deixado à sorte quando este foi vendido pelos herdeiros no dia 11 de fevereiro de 1974 (Figura 03). A compra foi realizada pelo grupo empresarial Romcy o qual desejava substituir o Palácio pela construção de um supermercado. Após a compra observa-se a imediata demolição do Palácio iniciada a apenas dois dias da aquisição, ou seja, no dia 13 do mesmo mês. Com essa demolição de característica extrema e estratégica, um efeito de consciência patrimonial surgiu por parte da imprensa, que protestou com veemência.

O Palacete do Plácido nos parece ter sido o primeiro edifício demolido totalmente - o que Azevedo vai chamar de “atentado” – fato este que levou a suscitar uma mobilização e tomada de consciência para seu tombamento na forma institucional. A patrimonialização, nesse sentido, poderia modificar o olhar dos moradores de Fortaleza sobre a importância desse tipo de herança urbana. Azevedo (2015, p. 36-37) transcreve fragmentos do artigo intitulado “Demolição do Palácio: um crime ao patrimônio” publicado pelo extinto jornal Correio do Ceará:

Enquanto o Ministério da Educação e Cultura diz estar gastando milhões e milhões de cruzeiros em tombamento, restauração e outras



Figura 03 – O palacete já em estado de abandono.
Fonte: G. Chacon, acervo pessoal, s/d.

medidas em defesa do nosso patrimônio histórico e artístico, aqui em Fortaleza se relegam ao total desprezo os marcos históricos, como se eles nada representassem e nem falassem de uma época passada”. A imprensa da Capital comenta a demolição do chamado “Palácio do Plácido”, obra de real valor arquitetônico, erguido com toda a imponência na Avenida Santos Dumont, no bairro outrora conhecido como Outeiro.

Com uma área de 11 mil metros quadrados, o Velho Castelo simboliza um passado que merece todo o respeito, único talvez existente entre nós, porquanto não se conhecem por aí afora construções que se possam chamar de palácio, tanto como este aqui erguido.

Com o desaparecimento do “Palácio do Plácido” vai uma parte da Fortaleza de ontem, já exangue, caquética, quase para desaparecer totalmente sem poder mostrar às gerações de hoje e de amanhã uma cidade que tinha belos edifícios, casas, logradouros, parques, e passeios de formatos e linhas tão modernas como nos dias presentes.

Azevedo (2015), através de seu irmão Rubens, que trabalhava na então Empresa Cearense de Turismo – EMCETUR inteirou-se do motivo para a demolição do Palácio. O laudo produzido para aceitação da demolição conclui: “uma cópia servil de um castelo de Toscana”, afirma Rubens.

Portanto, a situação do Palácio do Plácido à época aparece como exemplar dos mecanismos que se colocam num período em que não havia reconhecimento institucional das heranças urbanas, quando se verifica ausência de interesse para um engajamento, nem mesmo simbólico, da vontade de uma conservação patrimonial. A intenção primeira de demolição/construção cuja ideia era a de substituir o palacete por um edifício a alojar um supermercado, projeto este não iniciado, nos diz muito sobre o conceito de “renovação” no contexto da modernização citadina no discurso da urbanização. Com a desistência

da construção do supermercado, no mesmo lugar foi edificado, no ano de 1981, o Centro Artesanal Luísa Távora⁶.

Portanto, podemos verificar que o termo “renovação urbana”, em Fortaleza, quando envolve a herança cultural material começa pela demolição total de imóveis existentes para deixar lugar a novas construções. A desvalorização do patrimônio arquitetural do Palácio do Plácido não permitiu nem mesmo sua reabilitação ou restauração. A demolição radical pode ser considerada a extirpação da memória de uma arquitetura de época. Tratou-se da incineração de um traço – já que passou por um bom tempo esquecido e abandonado – antes mesmo que se pudesse reivindicar como marca e transformado em marcação, isto é, como patrimônio.

A VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA: HABITAÇÃO POPULAR NA LÓGICA DAS DEMOLIÇÕES

A Vila Vicentina é o resultado do voluntarismo afirmado pela Sociedade São Vicente de Paulo. Foi construída por volta dos anos 1940 em terreno doado pelo farmacêutico e empreendedor Dionísio Torres. A ideia primordial de vila popular foi a de servir de conjunto residencial social, por isso o propósito de abrigar população de viúvas carentes e familiares. A Vila é composta de casas simples e conjugadas, obedecendo a tipologias e áreas diferentes de seu entorno (Figura 04). Fazem parte do conjunto uma capela e um pátio central.

A Vila Vicentina da Estância é considerada importante patrimônio urbano/arquitetônico, histórico e ambiental, a qual ainda preserva modos simples de convivência comunitária (SCALIOTTI, 2017; LEITE;

⁶ Luíza Távora foi esposa do ex-governador do Estado Virgílio Távora (1963-1966/1979-1982). É considerada um ícone da bondade em relação às pessoas mais carentes. Foi assim que recebeu o título de a “grande mãe” pela caridade exercida para com os pobres.

Demolições em Fortaleza – Ceará – e atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana
Raimundo Freitas Aragão, Marcos da Silva Rocha, Helania Martins de Souza

MIYASAKI; LOPES, 2017) e tornou-se testemunho físico da expansão urbana.

Para compreender a demolição parcial da Vila Vicentina e a intencionalidade de sua demolição total é necessário remeter ao sentido que os tomadores de decisão urbanos atribuem a esta forma de herança ameaçada pela lógica econômica do mercado imobiliário e às lutas em favor de sua transformação em patrimônio cultural e em área de interesse social.

Uma série de reportagens realizadas pela imprensa escrita oferece um panorama das controvérsias que envolvem a comunidade moradora, seu bem patrimonial. No dia 20 de outubro de 2016, o jornal O Povo publicou um levantamento dos problemas enfrentados pelos Vilacentinos (ARAÚJO, 2016) em relação à sua permanência definitiva ou ao seu desalojamento completo. O início dos conflitos deu-se em 2009 quando, paradoxalmente, alguns imóveis foram vendidos pela Sociedade



Figura 04 – Aspecto do acesso principal ao interior da Vila Vicentina.
Fonte: R. F. Aragão, 2019.

São Vicente de Paulo, a entidade que mantém sob controle a população local desde seu início.

Quando se deseja demolir alojamentos sociais localizados em áreas consideradas nobres os argumentos recaem, entre muitos, sobre a obsolescência do lugar e mantém-se um forte discurso em relação às condições econômicas e higienistas, ou seja, de precariedade salubre dos espaços coletivos. A reportagem do “Jornal O Povo” já no ano de 2009, conduzida por Amanda Araújo, levanta essa problemática dando a saber que determinada corretora imobiliária a qual se diz dona da Vila ofereceu duas opções aos moradores para desocuparem seus lares: \$50 mil reais ou um apartamento no bairro Maracanaú, localizado em localidade muito distante, na região metropolitana de Fortaleza, opções estas oferecidas em tom de ameaça, segundo morador local e confirmada pelo grupo Resistência Vila Vicentina. Para além dos atos de demolição e ameaças, o que influencia no psicológico dos moradores é a questão dos traumas causados pelos realojamentos oferecidos muito além do cotidiano vivido.

Esse grupo de resistência, cujos componentes são na maioria moradores, sente o desconforto dessas situações eivadas de violência física e também psicológica. A mesma reportagem destaca o papel negativo do poder público através da Secretaria Executiva Regional II, setor administrativo da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que interferiu no desalojamento de um grupo de moradores (Figura 05), ameaçando-os com a demolição de suas casas.

A ideia da demolição, neste caso, incide diretamente em desfazer, em negar o que foi construído anteriormente. Insere-se na lógica demolição/construção, ou melhor, a de criar as reais condições de valorização fundiária e mobiliária, já que a Vila está inserida em uma das áreas mais valorizadas e com um dos metros quadrados mais caros da cidade. A afirmação das demolições na Vila Vicentina recai, neste sentido, sobre o discurso das populações consideradas indesejáveis pelo poder público e econômico.

Demolições em Fortaleza – Ceará – e atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana

Raimundo Freitas Aragão, Marcos da Silva Rocha, Helania Martins de Souza

Amanda Araújo mostra o caso das torres que seriam, porventura, construídas no lugar, nas quais, com a venda de um único apartamento, o valor obtido cobriria a indenização de todas as casas da Vila.

Entendemos que os conflitos advindos das demolições revelam uma tentação por parte das estratégias imobiliárias de eliminação ou apagamento do outro, não somente física, mas também, simbolicamente, pela destruição arquitetural e urbanística. É uma maneira de apagar uma morfologia identitária há muito consolidada no tecido urbano. Esse caso se torna ainda mais complexo porque a Vila Vicentina ainda permanece um patrimônio social de forte engajamento comum e cujo tombamento é perene e determinado pelos meios afetivos, de laços familiares íntimos e muito próximos como no caso das vizinhanças com suas casas conjugadas e diretamente interligadas. A Vila Vicentina pode ser classificada como um caso raro de “topofilia” (TUAN, 2012) urbana em relação à área pela qual está rodeada, pois a comunidade local luta com todas as suas



Figura 05 – Setor da Vila em processo de demolição.

Fonte: R. F. Aragão, 2019.

forças para que permaneçam vivos o amor e as representações de seu lugar de moradia e de vida, de características mais simples.

É por isso que essas tentações pela demolição total vão sendo enfrentadas por moradores com o apoio de pesquisadores universitários e profissionais, com a ideia de elaborarem um relatório técnico sobre a Vila como parte de um processo de tombamento patrimonial a ser levado ao conhecimento da Secretaria de Cultura de Fortaleza – SECULTFOR. Com a real concretização da demolição foi preciso intensificar-se o olhar sobre a problemática patrimonial.

A instrução para o tombamento foi fundamentada no artigo 9, do Capítulo III da Lei Municipal N. 9.347, de 11/03/2008, analisada pela Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural da Secultfor (MORADORES, 2017) e aceita em caráter de seis meses para que, neste meio tempo, cessem as demolições e se entre em acordo para que seja tombado o conjunto da Vila em sua totalidade (Figura 06). Portanto, a articulação à proteção ao patrimônio social já toma forma como maneira de se pensar a importância das heranças materiais e suas referências memoriais, o que funcionaria através da patrimonialização.

Por outro lado, em meio às denúncias psicológicas de ameaça de reintegração de posse e desapropriação ao questionamento de propriedade por parte do Conselho Central de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo, movimentos sociais reivindicam a transformação do território da Vila em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS⁷ cuja

⁷ As ZEIS caracterizam-se pela negação de realização de empreendimentos em sua área, a não ser se esta seja de caráter social, o que não se aplica à Vila.

Demolições em Fortaleza – Ceará – e atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana

Raimundo Freitas Aragão, Marcos da Silva Rocha, Helania Martins de Souza



Figura 06 – Um dos setores da Vila onde as casas ainda estão intactas.

Fonte: ARAGÃO, R. F., 2019.

defesa é reforçada por estudiosos da questão habitacional da Universidade Federal do Ceará-UFC (ARAÚJO, 2016). Esta é uma alternativa considerada viável de como frear momentaneamente ou evitar definitivamente as demolições que estão sendo realizadas pela construtora compradora da área. Questão complexa, a problemática da demolição patrimonial

[...] é cada vez mais interessante quando nos inscrevemos, em nossas sociedades ocidentais, em um contexto de afirmação generalizada e exacerbada desse* registro patrimonial e memorial, como vetor de reivindicação, de visibilidade e de legitimidade dos grupos sociais⁸ (VESCHAMBRE, 2008, p. 96).

Podemos aproximar as tentativas de demolição da Vila Vicentina ao que Veschambre (2008) chama de demolição “banal”, pois não está investida de

8 Tradução livre de: “[...] est d’autant plus interessante que nous nous incrivons, dans nos sociétés occidentales, dans um contexte d’affirmation généralisée et exercébée de ce registre patrimonial et memorel, comme vecteur de revendication, de visibilité des groupes sociaux”.

uma violência explícita. Pode-se verificar, porém, que as operações de demolição desencadeadas materializam uma forma de violência já que tais operações são exercidas pela força, de cima pra baixo, sobre um grupo em situação de fragilidade social. E o argumento do poder econômico de que a Vila é de propriedade de uma construtora e não de seus moradores é uma forte justificativa para a demolição. O discurso do poder econômico, aliado às políticas públicas de renovação urbana, funcionam como ferramentas úteis para expulsão e distanciamento das categorias populares, como se tornam também responsáveis por uma possível supressão simbólica de populações tradicionais localizadas em áreas de alto prestígio urbano.

A demolição radical, inscrita nas problemáticas e nas terminologias de “renovação” em intervenções urbanas, modificaria profundamente a paisagem local, pois a Vila Vicentina é percebida pela especulação imobiliária como um espaço estranho às suas intenções, desconectada física e simbolicamente com o restante do bairro; sobremaneira é considerada obsoleta, funcional e socialmente. A sua demolição seria interpretada como o enfraquecimento ou a destruição de uma forma de organização social ordinária.

Concretizar-se-ia a negação de uma forma social, arquitetural e urbanística ainda em atividade enraizada no contexto histórico e simbólico da cidade. Uma morfologia urbana social das mais antigas instaladas na cidade que atualmente vive à sombra da demolição total e, conseqüentemente, da perda de referência tanto física quanto simbólica, individual e coletiva. Veschambre (2008, p. 177) é claro em afirmar que essas demolições banais ou

“banalizadas”, “[...] se aparentam, por seu emprego, no rejeito não somente do urbanismo, de uma concepção de alojamento, mas de um determinado ponto de vista estigmatizado”⁹.

O BANGALÔ E O HOSPITAL: PATRIMÔNIOS ENGOLIDOS PELA LÓGICA IMOBILIÁRIA

Neste tópico nos debruçamos sobre dois patrimônios demolidos em prol da construção de condomínios residenciais. Patrimônios edificadas que foram engolidos pela lógica imobiliária que vai, aos poucos, transformando a cidade de Fortaleza em uma “máquina de morar”, como dizia o arquiteto e urbanista Le Corbusier¹⁰. Estamos falando do Bangalô da Escola Nossa Senhora da Assunção e do Hospital Psiquiátrico Mira Y López.

O local que abrigou uma escola por mais de 50 anos, em seus últimos dias mostrava aos caminhantes da cidade uma tradicional pintura azul com detalhes brancos desgastada pelo tempo e um paredão de pedras encobrendo uma parte da construção, uma imagem que aludia ao abandono. Localizado no cruzamento das ruas Padre Valdivino e João Cordeiro, no bairro Joaquim Távora, o antigo bangalô foi comprado na década de 1950 pela Congregação das Filhas de Santa Teresa. Em entrevista ao Jornal O Povo (2013), a irmã Vera Lúcia, secretária geral da congregação e ex-diretora da escola, nos conta que “Quando o prédio foi comprado, havia poucas casas (ao redor), um campo aberto e até mesmo criatório de gado. (As ruas) sequer tinham calçamento”.

A escola (Figura 07) iniciou seu funcionamento em 1957 com um número reduzido de alunos; há relatos de que apenas uma turma funcionava no prédio. Com o tempo e a prosperidade do educandário, seu número evoluiu, chegando a ter mais de mil alunos. As informações sobre o fechamento da escola surgiram

⁹ Tradução livre de: “[...] s’apparente par son ampleur au rejet non seulement d’un urbanisme, d’une conception du logement, mais d’un certain point de vue d’une population stigmatisée.

¹⁰ Pseudônimo de Charles-Edouard Jeanneret-Gris, arquiteto, urbanista, escultor e pintor de origem suíça e naturalizado francês em 1930.

no ano de 2007, 50 anos após sua inauguração. O terreno foi vendido, mas o prédio permaneceu no local até o ano de 2013 quando foi demolido.

O termo bangalô vem da palavra inglesa bungalow e segundo Romeu Duarte, professor de arquitetura da Universidade Federal - UFC, o estilo deste prédio é marcado por “dois pavimentos, quatro fachadas e era situado em terrenos grandes. Era ocupado por famílias abastadas e foi uma tipologia muito usada na Aldeota e Jacarecanga” (MAIA, 2013). Romeu também critica o mercado imobiliário ao apontar que a lógica do “arrasa quarteirão” é inadequada e que o empreendimento deveria tentar preservar o passado. O professor sugere, inclusive, que também falta criatividade ao mercado imobiliário, pois este poderia inovar e usar o prédio como um salão de festas, por exemplo.



Figura 07 – Fachada do Bangalô da Escola Nossa Senhora da Assunção.
Fonte: Maia (apud MAIA, 2013).

Demolições em Fortaleza – Ceará – e atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana
Raimundo Freitas Aragão, Marcos da Silva Rocha, Helania Martins de Souza

No início do ano de 2013, após o anúncio da demolição, o bangalô esteve temporariamente protegido, pois foi enviado pelo vereador João Alfredo (Psol) à Secretaria da Cultura de Fortaleza (Secultfor) o pedido de tombamento do edifício. Desta forma, naquele momento, a Construtora Monteplan (proprietária do edifício) não poderia causar quaisquer alterações na estrutura do local até a resolução definitiva do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (Comphic). Em abril deste mesmo ano, o bangalô tem sua demolição autorizada através de liminar e com a justificativa dos atuais proprietários de que o local “apresenta rachaduras, tem sinais de degradação e a demolição foi “necessária” para evitar acidente” (MORADORES, 2013).

Neste mesmo sentido, temos também, o Hospital Psiquiátrico Mira y Lopez (Figura 08), construído em torno da antiga Casa das Missões dos Padres Lazaristas holandeses. Aberto em 1927, inaugurado no final da década de 1960 e localizado no Bairro Benfica, em Fortaleza, durante muito tempo foi referência no tratamento psiquiátrico no estado do Ceará. O hospital chegou a operar com cerca de 200 leitos, divididos entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a iniciativa privada.

O ano de 2012 é decisivo no processo de demolição do prédio. Além de ter seu pedido de tombamento não atendido pela Prefeitura de Fortaleza o mesmo foi vendido em agosto deste ano. A unidade hospitalar foi vendida por R\$ 7 milhões para a Incorporadora Beto Studart que atua no ramo imobiliário na capital cearense e que possuía planos de construção de um prédio residencial no local.

Conforme o Jornal Diário do Nordeste (2013), a Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura de Fortaleza (COPHIC) afirmou que “o prédio não era um bem tombado pelo Município”. No entanto, o órgão aponta ter encontrado uma solicitação de tombamento do imóvel feita em novembro de 2012, que não foi autuada nos termos do Artigo 9º da Lei do Patrimônio Cultural nº 9.347, de 2008. A referida lei lista outros



Figura 08 – Antiga fachada do Hospital Mira Y López.
Fonte: Evangelista (NOBRE, 2013).

bens entres os quais não está o prédio do hospital, a saber: os prédios da Farmácia Oswaldo Cruz, do Sport Club Maguary, do Ideal Clube, do Náutico Atlético Clube, do Colégio Dorotéias, da Santa Casa de Misericórdia, do Imparh, da Casa do Português, da Igreja de São Pedro dos Pescadores e a pavimentação da Rua José Avelino.

Essas duas demolições demonstram, de modo claro, a seletividade da prefeitura de Fortaleza em relação aos pedidos de tombamento dos edifícios. Os patrimônios foram engolidos pelo crescimento imobiliário da capital cearense de modo legal, dentro de todos os trâmites burocráticos que validam as atitudes apatrimoniais, as quais negam heranças históricas e culturais da capital cearense. Cada uma das construções possuía uma assinatura única na cidade. Envoltas em geo-história própria, as edificações faziam parte da memória do tecido urbano. Atualmente, o que se vê no local são prédios homogêneos

Demolições em Fortaleza – Ceará – e atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana
Raimundo Freitas Aragão, Marcos da Silva Rocha, Helania Martins de Souza

(Figura 09) que decoram de forma monótona e monocromática a aridez da capital do estado, no intento de atender aos anseios da classe média em expansão na cidade.

JÓQUEI CLUBE CEARENSE: DE UM PATRIMÔNIO PARA O LAZER A UM COMPLEXO MULTIFUNCIONAL E BAIRRO DENTRO DO BAIRRO

O Jockey Club Cearense (Figura 10) ou Hipódromo Stênio Gomes da Silva foi fundado em 05 de agosto de 1947. Até o ano de 2008 o Jockey Clube manteve suas atividades, embora em plena decadência e processo de abandono. A partir desta data, foi sendo repartido paulatinamente quando a Prefeitura Municipal de Fortaleza desapropriou uma parte da área para a construção do Hospital da Mulher de Fortaleza. A diretoria do clube, diante da desapropriação e com interesses de instalar um novo hipódromo em outra cidade da região metropolitana, resolve negociar com grupos de interesses distintos a venda do resto da área do hipódromo. Atendendo à lógica de valorização do solo urbano e especulação imobiliária, cede lugar a novos equipamentos: um shopping center – North Shopping Jóquei – e a dois condomínios residenciais.

Ressaltaremos aqui os processos que propiciaram o abandono e a consequente demolição do equipamento. Eles ocorreram tendo em vista não só a lógica da requalificação urbana do espaço, mas também, a decadência do turfe como prática esportiva na cidade de Fortaleza. A principal modalidade esportiva praticada no Jockey era o turfe. Como esporte, o turfe não apenas era importante no tocante à renda gerada pelas apostas durante os páreos, mas, também, como geradora de emprego e manutenção do espaço físico do clube.

Além de ser uma atividade de lazer, as organizações hípcas representavam uma grande fonte de ocupação de mão de obra. Cada cavalo oferecia emprego direto a pelo menos três pessoas. Existiam centenas de animais



Figura 09 – Condomínios construídos nos terrenos do Bangalô da Escola Nossa Senhora de Assunção (à esq.) e do Hospital Mira y López (à dir.).
Fonte: R. F. Aragão, 2019.



Figura 10 – Entrada principal do Jockey Clube Cearense.
Fonte: Setydeias (JOCKEY, s/d).

Demolições em Fortaleza – Ceará – e atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana

Raimundo Freitas Aragão, Marcos da Silva Rocha, Helania Martins de Souza

envolvidos na atividade. Havia também uma diversidade de empregos indiretos oferecidos a profissionais tais como zootecnistas, agrônomos, fornecedores de forragens, ferreiros, laboratórios especializados, indústrias farmacêuticas, dentre outros.

No bairro Jóquei Clube existia um considerável número de pessoas lotadas no equipamento que desempenhavam o trabalho necessário à sua manutenção, sendo que esses trabalhadores não possuíam vínculo empregatício. Tal ocupação era considerada como uma importante fonte de renda informal. Destaca-se que a grande maioria desses profissionais era de residentes no próprio bairro. Daí a importância econômica do equipamento para a comunidade.

A redução do número de espectadores para as corridas de cavalos é um fenômeno testemunhado em diversos *jockey clubs* no país. Atribui-se isso, geralmente, à incapacidade de renovação de suas práticas e público, ao longo dos anos. No caso do Jockey Club Cearense, a falta de infraestrutura e investimentos foram fatores que propiciaram esta incapacidade. Outra questão está associada ao caráter elitista do esporte, pois foi fixada a imagem de que o turfe é um lazer ligado às camadas mais altas da sociedade. As corridas de cavalo atualmente podem ser acompanhadas por canais fechados de televisão ou pela internet, que transmitem em tempo real corridas, leilões, apostas, cuidados com os animais, dentre outros. Esta facilidade e comodidade devido aos meios de comunicação tornou-se outro fator apontado para o declínio dos *jockeys clubs*.

Com público reduzido, as atividades turfísticas do Jockey Clube Cearense tornaram-se insuficientes para gerar mais apostas e, em consequência, os prêmios ficaram cada vez mais reduzidos, assim como os animais utilizados menos qualificados em questão de raça. Portanto, menores foram os estímulos a proprietários, criadores, jóqueis e treinadores. O resultado final foi a queda da qualidade das próprias corridas e um número cada vez menor de apostadores.

Existe outro fator extremamente importante para a compreensão do processo de demolição do Jockey Club Cearense: sua localização geográfica (Figura 11). Dentre os principais hipódromos brasileiros e suas respectivas localizações, o que se verificou em análise foi que esses equipamentos estão situados em áreas

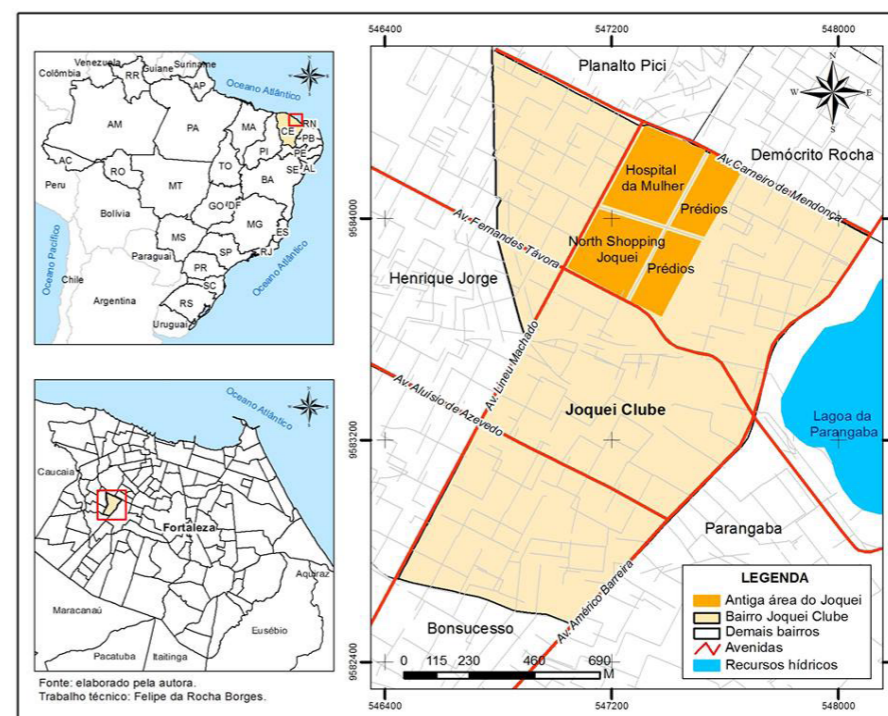


Figura 11 – Localização e delimitação do Bairro Jóquei Clube.
Fonte: Souza (2015).

nobres da cidade. As instalações ocorreram por conta das proximidades dos locais de moradias dos agentes que propiciaram a construção dos equipamentos, ou mesmo como tentativa de requalificação espacial do bairro. O Jockey Club Cearense fugiu a esta lógica, não foi instalado em área nobre da cidade de Fortaleza. Porém, com sua decadência e abandono, viu-se pressionado pelos agentes públicos e particulares os quais possuíam interesses especulativos e imobiliários na região onde o equipamento estava instalado.

Agonizante por conta da grande decaída de público e com dívidas relativas aos impostos atrasados, abriram-se frestas jurídicas para sua exploração. Estrategicamente localizado na zona Oeste da cidade de Fortaleza, em uma

Demolições em Fortaleza – Ceará – e atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana
Raimundo Freitas Aragão, Marcos da Silva Rocha, Helania Martins de Souza



Figura 12 – Entrada principal do North Shopping Jockey.
Fonte: R. F. Aragão, 2016.



Figura 14 – Um dos edifícios do Residencial Jockey Ville.
Fonte: R. F. Aragão, 2016.



Figura 13 – Panorâmica do Hospital da Mulher e blocos anexos.
Fonte: R. F. Aragão, 2016.

área de crescente expansão e especulação imobiliária, seus dirigentes cederam às pressões da Prefeitura a qual desapropriou uma parte e a outra foi negociada, dando início a sua demolição e posteriormente à construção de novos equipamentos (Figuras 12, 13 e 14).

A demolição total ou radical do Jockey Clube Cearense e sua substituição por estruturas imobiliárias diversas demonstra o que mais uma vez Veschambre (2008) chama de demolição como ato de negação simbólica. Neste momento, porém, emerge uma peculiaridade da permanência simbólica em relação ao Jockey Clube. Diante de sua demolição completa, resta ao bairro, para além da toponímia que lhe foi instituída oficialmente, um traço de natureza imaterial, já que sua estrutura física não existe mais.

As fotografias acima se referem às três grandes marcas de mudanças no bairro, após a demolição do Jockey Clube Cearense. Elas definem

Demolições em Fortaleza – Ceará – e atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana
Raimundo Freitas Aragão, Marcos da Silva Rocha, Helania Martins de Souza

a forma como ocorreu o processo de apropriação destes novos agentes incorporadores. Estas são as marcações que se imprimiram pelos agentes tanto privados quanto institucionais.

Todas as mudanças ocorridas no bairro Jóquei Clube foram dinamizadas depois da demolição do prédio homônimo. Estas novas marcações substituem atualmente o exato local onde o antigo equipamento localizava-se, constituindo o que se denomina como um “novo bairro” dentro do bairro. Com o desaparecimento do Jockey Clube surgiu em Fortaleza uma nova centralidade. Com isso o equipamento Jockey Clube transformou-se em um traço memorial para o bairro Jóquei Clube.

O espaço dos traços “está sempre lá”, como um invólucro espacial no qual deslizarão os mesmos e eternos elementos da reconstituição. Poderia também justificar o “vazio” original da memória, o grande compartimento do esquecimento [...] Um tal ato transformaria em escárnio a ordem lógica da conservação. Mas o preenchimento, por meio de todos os elementos possíveis, faz-se passar por negação da destruição e do desaparecimento, ele se autolegitima (JEUDY, 1990, p. 63)

Após a demolição, a finalização e a inauguração dos novos equipamentos, a iniciativa privada investiu no *marketing* com o objetivo de reavivar o traço Jockey equipamento e transformá-lo em um exercício de memória (Figura 15), ou seja, um traço memorial.

E esta é a intrigante especificidade do novo bairro Jockey como visão de empreendimento. O Shopping Center idealizou uma espécie de museificação da memória, um lugar de memória explicitado pelo equipamento que o precedeu. Então, o empreendimento optou por criar um espaço no qual a memória do bairro fosse celebrada a partir da exposição de fotos organizadas em galerias que contam sua história e a do equipamento que cedeu espaço.



Figura 15 – Painéis no interior do Shopping Jockey contando a história do lugar.
Fonte: R. F. Aragão, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática envolvendo os patrimônios da cidade de Fortaleza aqui pesquisada, quando de suas demolições totais e parciais pode ser resumida nas seguintes reflexões de Veschambre (2008, p. 178).

Se as demolições têm uma lógica estratégica em tempo de guerra ou uma lógica econômica em tempo de paz, elas parecem sempre pensadas e/ou vividas como uma forma de violência, mesmo uma negação simbólica, metonímica de ou dos grupos sociais que estão associados aos edifícios destruídos, que seja pela habitação, pelo trabalho, pela

prática de culto [...] numa lógica de identificação, até de patrimonialização¹¹.

As atitudes apatrimoniais aqui estudadas seguem uma mesma lógica e têm uma mesma particularidade: demolir para construir. Estão inseridas no discurso da valorização econômica impulsionada em direção às ações de benefícios fundiários e imobiliários. Mesmo se recorrendo às instâncias públicas no que se refere à sua proteção, em todas elas, o discurso econômico em si foi mais eficaz e prevaleceu.

O sociólogo Luiz Cláudio Ferreira Barbosa (2016) faz uma interessante avaliação da atual gestão da Prefeitura de Fortaleza recorrendo a algumas administrações pretéritas no sentido de compará-las. Por exemplo, segundo ele, o pemedebista Juracy Magalhães (1990-1992/1997-2000/2001-2004), o qual administrou Fortaleza por dois mandatos, teve como marca administrativa as grandes obras que ficaram conhecidas como políticas do asfalto e do concreto com a construção de viadutos, praças e uma de suas principais obras, a construção do Hospital Instituto Dr. José Frota.


Para ele, na atual e segunda administração municipal, comandada pelo pedetista Roberto Cláudio (PSB, PROS, PDT) (2013-2016/2017-2020), a marca administrativa está centralizada em dois eixos e se encaixam parcialmente na administração de Juracy Magalhães: as grandes obras de infraestrutura e das mobilidades urbanas. Os dois outros eixos são em áreas sociais, ou seja, educação e saúde.

A partir dessa avaliação pode-se constatar que o histórico administrativo de comando da Prefeitura de Fortaleza na pasta cultural

¹¹ Tradução livre de: "Si les démolitions ont toujours une logique stratégique en temps de guerre ou une logique économique en temps de paix, elles semblent toujours pensées et/ou vécues comme une forme de violence, voire comme la négation symbolique, métonymique du ou des groupes sociaux qui sont associés aux édifices détruits, que ce soit par l'habitat, par le travail, par la pratique du culte, dans une logique d'identification, voire de patrimonialisation".

tem repetitivamente se mostrado em planos inferiores quando se trata da questão patrimonial. As gestões, em grande maioria, privilegiam, segundo Luiz Cláudio, aquilo que os eleitores reconhecem como valores: as grandes obras, saúde e educação no seu sentido lato.

Quando se trata da questão cultural envolvendo o patrimônio urbano este se torna um grande desafio para as administrações. É o que aponta Sara Oliveira (2016) para a segunda gestão do Prefeito Roberto Cláudio, quando este centraliza esforços nos grandes empreendimentos. Estes direcionamentos prioritários em obras de grande impacto e visibilidade agravam e favorecem as atitudes apatrimoniais e em Fortaleza elas se tornaram tanto corriqueiras como graves.

Para além dos exemplos aqui estudados existem muitos outros a serem pesquisados. O mercado imobiliário e fundiário através das diferentes estratégias de demolir totalmente esses patrimônios com o discurso da renovação urbana saem em vantagem sobre a necessidade da preservação da história e da memória cidadina. Negam-se, portanto, o que deveria ser também prioritário, ou seja, os valores das representações materiais e simbólicas da herança urbana. 

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Amanda. Vila na Aldeota é alvo de disputa. **O Povo**, Fortaleza. Caderno de notícias, 20 out. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/5BuFrs>>. Acesso em: 01 out. 2016.

AZEVEDO, Sânzio de. **Aldeota**. Fortaleza: Secultfor, 2015. 80p.

BANGALÔ está temporariamente protegido. **O Povo** Fortaleza, 23 jan. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/pn4dmi>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BARBOSA, Luiz Cláudio Ferreira. Qual a marca da gestão de Roberto Cláudio? In: **O POVO**, Fortaleza, 12 fev. 2016. Blog do Eliomar de

Demolições em Fortaleza – Ceará – e atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana
Raimundo Freitas Aragão, Marcos da Silva Rocha, Helania Martins de Souza

Lima. Disponível em: <<http://blogdoeliomar.com.br/2016/02/12/qual-a-marca-da-gestao-de-roberto-claudio/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FROTA, Bérqson. A história do Palacete do Plácido. In: **Primeira Coluna: espaço alternativo, leitura obrigatória, 2009**. Disponível em: <http://www.primeiracoluna.com.br/2009/07/historia-do-palacete-do-placido-por.html>. Acesso em: 06 de novembro de 2019.

NOBRE, Leila. Hospital Mira y López - 44 anos. **Fortaleza nobre, 2013**. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/search/label/Hospital%20Mira%20Y%20L%C3%B3pez>. Acesso em: 06 de novembro de 2019.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. (Coleção Ensaio & Teoria).

JOCKEY Club, o barro que já nasceu elegante. **SetYdeias, s/d**. Disponível em: <<http://setydeias.com.br/comercial/jockey/>>. Acesso em: 06 de novembro de 2019.

LEITE, Kelma P.; MIYASAKI, Júlia S.; LOPES, Ingrid Q. **A arquitetura como documento histórico: o caso da Vila Vicentina da Estância em Fortaleza, CE**. In: 5 Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 24 a 26 de outubro de 2017. P. 1-15. Disponível em: <<https://goo.gl/E8MkfZ>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

MAIA, Geimison. Bangalô histórico será demolido. **O Povo, Fortaleza, 23 jan. 2013**. Disponível em: <<https://goo.gl/VS3UfK>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MORADORES e pesquisadores elaboram relatório para tombamento da Vila Vicentina em Fortaleza. **Portal G1 Ceará, Fortaleza, 22 de maio de 2017**. Disponível em: <<https://goo.gl/yR6Vmy>>. Acesso em 22 mai. 2018.

OLIVEIRA, Sara. A Fortaleza de desafios da segunda administração de Roberto Cláudio. In: **O POVO, Fortaleza, 31 out. 2016**. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/politica/2016/10/31/>>

[noticiasjornalpolitica,3666954/a-fortaleza-de-desafios-da-segunda-gestao-de-roberto-claudio.shtml](https://www20.opovo.com.br/app/opovo/politica/2016/10/31/noticiasjornalpolitica,3666954/a-fortaleza-de-desafios-da-segunda-gestao-de-roberto-claudio.shtml)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PRÉDIO do antigo Hospital Psiquiátrico Mira y López é demolido. **Diário do Nordeste, Fortaleza, 20 mar. 2013**. Disponível em: <<https://goo.gl/qNV6ov>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PRÉDIO em processo de tombamento em Fortaleza é demolido. **Portal G1 Ceará, Fortaleza, 05 abr. 2013**. Disponível em: <<https://goo.gl/g3aUXK>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

RAUTENBERG, Michel. Comment s'inventent de nouveaux patrimoines: usages sociaux, pratiques institutionnelles et politiques publiques en Savoie. **Culture & Musées, n. 1, p. 19-40, 2003**.

RAUTENBERG, Michel. **La rupture patrimoniale**. Grenoble: À la Croisée, 2003b.

RAUTENBERG, Michel. Les "communautés" imaginées de l'immigration dans la construction patrimoniale. **Les Cahiers de Framespa, n. 3, 2007**.

RAUTENBERG, Michel. Mémoires collectives, patrimoines et projet culturel dans le territoire urbain. In: **Séminaire du programme interministériel: Cultures, villes et dynamiques sociales**. écomusée du Creusot-Montceau, Château de la Verrerie, Jeudi 22 et vendredi 23 Janvier 2004. pp. 11-13. Disponível em: <http://www4.culture.gouv.fr/actions/recherche/culturesenville/fr/actes_Creusot.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2010.

RAUTENBERG, Michel. **Monuments, images, imaginaire, patrimoine**. Conférence à l'Université Jean Monnet de Saint-Etienne, 2006. Disponível em: <http://koebel.pagesperso-orange.fr/ActesI&E/conferences/rautenberg.html>. Acesso em: 8 ago. 2010.

SCALIOTI, Oswaldo. Vila Vicentina apresenta relatório para instrução de tombamento patrimonial na Secultfor. In: **Jornal Tribuna do Ceará, Fortaleza. Caderno de eventos, 22 mai., 2017**. Disponível em: <<https://goo.gl/MYWvA2>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

Demolições em Fortaleza – Ceará – e atitudes apatrimoniais como negação simbólica da herança urbana
Raimundo Freitas Aragão, Marcos da Silva Rocha, Helania Martins de Souza

SOUZA, Helania Martins de. **O “novo bairro” Jôquei Clube:** marcas traços e resistências do Jockey Club cearense. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em geografia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, [1980], 2012.

VESCHAMBRE, Vincent. Le processus de patrimonialisation: revalorisation, appropriation et marquage de l'espace. **Café-geo**, n. 1180, 2 novembre 2007.

VESCHAMBRE, Vicent. **Traces e memoires urbaines:** enjeux sociaux de lo patrimonialisotion et de la demolition. Press Universitaire de Rennes, France, 2008.

Submetido em Março de 2019.

Revisado em Maio de 2019.

Aceito em Junho de 2019.